



Revista Gestão Universitária na América
Latina - GUAL

E-ISSN: 1983-4535

revistagual@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

de Assis, Anna Carolina Lili; Tanure Sanabio, Marcos; Alves Magaldi, Carolina; Silva Machado, Carla
AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EXPERIÊNCIAS COMPARADAS EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 6, núm. 4, 2013, pp. 125-146
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=319329765009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: EXPERIÊNCIAS COMPARADAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

STUDENT ASSISTANCE POLICIES: COMPARED EXPERIENCES IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES

Anna Carolina Lili de Assis, Mestre
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
aassis@caed.ufjf.br

Marcos Tanure Sanabio, Doutor
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
mtanure.sanabio@ufjf.edu.br

Carolina Alves Magaldi, Doutora
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
carolina_magaldi@hotmail.com

Carla Silva Machado, Mestre
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
cmachado@caed.ufjf.br

Recebido em 29/novembro/2013
Aprovado em 29/novembro/2013

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão comparada entre as políticas de Assistência Estudantil em 11 Universidades Públicas, estaduais e federais, a partir da trajetória do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), das intervenções e participação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), na qual, as abordagens das políticas são pautadas no resgate da cidadania e do direito social, e não apenas no caráter assistencialista. No estudo, adotam-se metodologias qualitativas e estudo de caso como mecanismos da interpretação do fenômeno pesquisado. Observa-se que as Universidades pesquisadas procuram implantar políticas de Assistência Estudantil em uma visão ampla de atendimento das necessidades dos seus alunos adotando um elenco de tipologias de bolsas como: moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação, entre outros, e de forma integrada.

Palavras-chave: Política de Assistência Estudantil. Ensino Superior. Cidadania. Direito Social.

ABSTRACT

This article presents a comparative discussion among the policies on student assistance at 11 public universities, state and federal, from the trajectory of the National Program of Student Assistance (PNAES), the interventions and participation of the National Forum of Deans of Community and Student Matters (FONAPRACE), in which policies are shaped to redeem citizenship and social rights, not simply as a material assistance. In the study we adopt qualitative methodologies and case study approach as tools to interpret of the researched phenomenon. We observe that the universities studied look to implement student assistance policies in a wide perspective of tending to needs of their students adopting types of scholarships such as: housing, food, health, leisure, culture, education, among others, in an integrated manner.

Keywords: Student assistance policy. Higher education. Citizenship. Social right.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir e analisar as Políticas de Assistência Estudantil, praticadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), notadamente as Universidades Federais e Estaduais, dentro de um conjunto de modificações e reformas mais amplas, essa discussão torna-se fundamental para que possamos compreender a realidade vivenciada no campo da assistência estudantil no ensino superior.

Inicialmente, é importante destacar que o caminho das políticas públicas da educação superior associa-se às mudanças sociais que esse nível de ensino enfrentou com o passar dos anos. A expansão das universidades brasileiras, ao longo dos anos, fez com que a oferta de vagas aumentasse substancialmente no ensino superior. Com a expansão do número de vagas e aumento das oportunidades de ingresso no nível superior, principalmente em razão das políticas de acesso e inclusão social em curso, nos últimos anos, a questão da permanência dos estudantes nas universidades tornou-se um tema de grande relevância, já que a democratização do acesso – aqui entendida como uma política (ou conjunto de políticas) que tenha por objetivo tornar o ensino superior acessível a uma maior parcela da população - contribuiu para que alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis e distintas trajetórias educacionais fossem incorporados a este nível de ensino.

Uma efetiva democratização do ensino superior requer políticas abrangentes de ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, a partir da ampliação dos quadros docentes e de técnicos, infraestrutura, novas tecnologias pedagógicas, planejamento e gestão, entre outros.

Requer, também, a consolidação de programas efetivos voltados para permanência dos alunos no sistema universitário de ensino, principalmente, aqueles que são provenientes de camadas socioeconômicas mais baixas/desprivilegiadas. A Política de Assistência Estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir tal permanência no ensino superior.

Este artigo divide-se em 5 seções, assim apresentadas: a presente introdução; Aspectos metodológicos; Políticas de Assistência Estudantil; Assistência Estudantil: um relato das experiências de Universidades Públicas Federais; Considerações Finais.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste artigo, que faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, foi feito um recorte com 11 universidades brasileiras, com o objetivo de apresentar um panorama da Assistência Estudantil nas instituições de ensino superior brasileiras.

As 11 instituições apresentadas foram selecionadas pelo fato de apresentarem um programa de assistência estudantil mais abrangente, que não se restringe à concessão de auxílio financeiro e manutenção básica do aluno (transporte, moradia, alimentação), mas desenvolvem também ações nas áreas de cultura, lazer, esporte, atendimentos de saúde (física e mental), dentre outras, visando a uma formação integral do aluno, que contribua para sua cidadania, qualidade de vida e capacitação profissional. Como, ainda, adequaram suas estruturas organizacionais e estabeleceram parcerias para fomentar as ações de assistência estudantil.

Podemos classificar esta pesquisa quanto à sua natureza, como pesquisa aplicada, pois tem como objetivo produzir conhecimento para aplicação imediata em uma realidade específica, ou seja, produzir conhecimentos que podem ser úteis para solução de um problema específico (GIL, 2008).

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e de um estudo de caso, que procurou explicar o fenômeno e as atribuições de significados das políticas de Assistência Estudantil no âmbito das Universidades Públicas (MATIAS-PEREIRA, 2007). Para Yin (2005), o estudo de caso é uma importante estratégia metodológica no campo da ciência social aplicada, ao permitir um aprofundamento do fenômeno estudado e a revelação de nuances.

3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Inicialmente, é fundamental tecermos uma breve conceituação a respeito da expressão “Política de Assistência Estudantil”, que permeia nossa pesquisa. A Assistência Estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Ela recebe o nome de “política” por

estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições de Ensino Superior (IES). (FONAPRACE, 2011).

Desde 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está em vigor, a partir da Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC), e em 2010, tal instrumento legal é transformado no Decreto nº 7.234/2010. Esse programa busca, em linhas gerais, fornecer subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda. Procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio ao estudante, visando a contribuir para que haja melhor desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando também a repetência e evasão.

Essa vinculação com a pesquisa e extensão, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), faz-se necessária para que os programas de assistência não incorram no mero assistencialismo, conforme o primeiro parágrafo do artigo 30 e o parágrafo único do artigo 4^a, do Decreto nº 7.234/2010:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I moradia estudantil; II alimentação; III transporte; IV atenção à saúde; V inclusão digital; VI cultura; VII esporte; VIII creche; IX - apoio pedagógico; X acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Tal qual define o FONAPRACE, em sua concepção para o PNAES: “[...] As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação” (FONAPRACE, 2005, p. 161).

É importante destacar que o PNAES também prevê a liberação de recursos governamentais às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), especialmente, destinados aos programas de Assistência Estudantil. A partir de 2009, a liberação desses recursos passou a ser feita diretamente no orçamento dessas Instituições. Segundo Peixoto (2011), o PNAES é executado por meio do Fundo para Assistência Estudantil, composto pelo equivalente a 10%

do orçamento anual (excluída a rubrica de pessoal) que as IFES recebem do Tesouro Nacional. A Tabela 1 explica os valores repassados para as IFES, no período de 2009 e 2012:

Tabela 1 Recursos do PNAES Repassados para as IFES

Recursos Repassados às Instituições Federais para Assistência Estudantil				
ANO	2009	2010	2011	2012
Valores totais	R\$ 203 milhões	R\$ 304 milhões	R\$ 400 milhões	R\$ 504 milhões

Fonte: FONAPRACE (2011)

Dados do Censo Escolar da Educação Superior, de 2010, apontam para a expansão do atendimento no nível superior de ensino. Entre os anos de 2001 a 2009, a taxa de escolarização bruta passou de 15,1% para 26,7% e a taxa líquida (jovens entre 18 e 24 anos) saltou de 8,9% para 14,4% no mesmo período (MEC/INEP, 2010). Apesar do avanço na taxa de escolarização, vale ressaltar que o Plano Nacional do Ensino (PNE) estabelece como meta, o atendimento de 30% da população nessa etapa de ensino, com idade entre 18 e 24 anos, até o ano de 2011.

A meta nº 12 do Projeto de Lei Nº 8.035 (PNE 2011-2020) prevê a elevação da taxa bruta de matrícula para 50% e taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, no ensino superior, assegurando a qualidade da oferta (BRASIL, 2012). Para atingir esse patamar, o plano prevê algumas estratégias, dentre as quais cabe destacar: a ampliação da oferta de vagas; elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais das IFES para 90%; fomento da oferta de educação superior pública e gratuita; expansão do financiamento estudantil (FIES); ampliação da participação de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive por meio de políticas afirmativas. Prevê também como estratégia a ampliação “por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico”.

Em um nível de ensino no qual se pretende promover uma ampla democratização do acesso, conforme se observa, pelo que foi disposto na meta nº 12 do Projeto de Lei do PNE 2011-2020, a assistência estudantil assume um caráter fundamental. Ao conceder o acesso a camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis torna-se crucial o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência desses alunos nas IFES, destacando-se também a importância da articulação assistência com

ensino e pesquisa, como propõe o PNAES. Além de conceder acesso, é importante investir na permanência, para combater a evasão e promover a elevação das taxas de conclusão. Nesse caminho, muitos desafios se instauram, como a necessidade de democratizar o ensino superior assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade.

Conforme já mencionado, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, constituiu-se, ao longo dos anos, como importante ator no processo de luta e articulação da política de assistência estudantil nas diversas IFES. A partir do momento de sua criação, ficou responsável por discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) a política de Promoção e Apoio ao Estudante (FONAPRACE, 2012).

Entre as principais conquistas desse órgão, destaca-se a transformação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em um Decreto Presidencial, no ano de 2010, e a obtenção da liberação de recursos do PNAES feita diretamente às IFES para manutenção de suas políticas de assistência. Ressaltando que, antes da destinação específica de recursos para essa política, as universidades, de modo geral, mantinham a assistência estudantil com recursos próprios, oriundos das chamadas taxas acadêmicas, pagas pelos estudantes (exemplo da matrícula) recursos esses que eram insuficientes para manutenção da política (FONAPRACE, 2012).

É importante destacar as áreas de atuação estratégica propostas pelo PNAES, que atualmente servem como base para implementação das ações das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas, mencionando as principais diretrizes norteadoras e recomendações do FONAPRACE para sua efetivação.

Acredita-se que as ações no âmbito da Política de Assistência aos estudantes não podem limitar-se ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidade social.

Moraes e Lima (2011) utilizam o termo vulnerabilidade social, aqui reproduzido, como expressão abrangente com o objetivo de incluir não apenas indivíduos em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza; uso de substâncias psicoativas, entre outras.

Afirmam os autores supracitados que o viés assistencial de combate à pobreza, como função específica e prioritária de atendimento às necessidades dos discentes, tende a descaracterizar a assistência como direito social, inserindo-a no campo da filantropia, caridade institucionalizada, despolitizando-a, portanto.

Adotando essa concepção norteadora, passa-se a descrever as ações estratégicas e a forma como foram concebidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, Programa Nacional de Assistência Estudantil.

No ano de 1996, o FONAPRACE coordenou a organização de uma pesquisa que procurava traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos alunos de graduação das Universidades Federais. Foram aplicados questionários aos acadêmicos das instituições públicas, que buscavam diagnosticar o perfil dos alunos de graduação, em aspectos relativos aos recursos financeiros, raça, trabalho, escolaridade dos pais, participação em manifestações artísticas, culturais e políticas, tipo de moradia, domínio de línguas estrangeiras, entre outros itens.

O objetivo desse instrumento de pesquisa era atuar como diretriz norteadora para definição de programas e projetos de assistência eficazes, no sentido de atendimento às reais demandas dos estudantes, apoiando o debate, a formulação e a implementação de uma política social destinada a garantir a permanência dos alunos na graduação. Os resultados do I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES serviram de base para elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil, construído também por meio de debates ocorridos no âmbito do fórum, além de procurar atender às principais reivindicações de estudantes e outros setores da comunidade universitária (FONAPRACE, 2012).

Para atualizar o Programa Nacional de Assistência, foram realizadas mais duas pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes, de forma a obter um diagnóstico mais recente da realidade estudantil: II Perfil (2004) e III Perfil (2010). A tabela 2 apresenta itens em destaque da pesquisa.

Os resultados demonstrados, nesta pesquisa, revelaram grandes variações entre os diversos segmentos econômicos, o que trouxe à tona como a desigualdade socioeconômica pode afetar diversos aspectos da vida do estudante. Segundo Finatti e Alves (2008, p. 199) “as desigualdades se manifestaram no nível cultural da família, na trajetória escolar até o segundo grau, na qualidade de vida, na forma desnivelada de acesso a serviços e bens de cultura”. Ainda, segundo as autoras, com base nos resultados da pesquisa, foram identificados temas de

saúde considerados desafiadores (segundo a faixa etária dos jovens), tais como: prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, necessidade de intervenções em saúde mental, dependência química e programas de prevenção em saúde oral.

Tabela 2 Resultados do III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES

Renda: 37,6% dos estudantes trabalham e 41% das famílias recebem até três salários mínimos
Idade: 73,7% dos estudantes são jovens (na faixa de 18 a 24 anos)
Raça/Cor: 8,7% dos estudantes são negros; 40,8% são pardos; 54% são brancos.
Escolaridade: 60% dos pais e 68% das mães dos estudantes possuem pelo menos o Ensino Médio Completo e 45% cursaram todo o Ensino Médio em Escola Pública
Engajamento em Ações Artísticas e Culturais: 25,53% dos estudantes relataram nunca participar de atividades artísticas e/ou culturais; 56,51% o fazem ocasionalmente.
Saúde (Física e Mental): 41,7% dos estudantes utilizam a rede pública de saúde, 32,4% dos estudantes não praticam nenhuma atividade física, 47,7% relataram ter vivenciado crise emocional nos últimos doze meses e consumo de substâncias psicoativas, 14% declararam fazer uso frequente de álcool, 14% tabaco e 6% drogas ilícitas, e 29% dos estudantes relataram já ter buscado atendimento psicológico.

Fonte: ANDIFES (2011)

Os resultados do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das IFES foram fundamentais para definição das áreas de atuação das políticas de assistência estudantil, definidos no primeiro parágrafo do Artigo 3º, do Programa Nacional de Assistência Estudantil: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O quadro 1 elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, com base nas áreas de atuação definidas pelo PNAES, apresenta as áreas e linhas temáticas que atualmente são consideradas estratégicas para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, além de apresentar sugestões a respeito dos órgãos que deverão estar envolvidos em sua execução:

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	Moradia, Alimentação, Saúde (Física e Mental), Transporte, Creche e Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais.	Assuntos Estudantis, Ensino, Pesquisa e Extensão.
Desempenho Acadêmico	Bolsas, Estágios Remunerados, Ensino de Línguas, Inclusão Digital, Fomento à Participação político-acadêmica e Acompanhamento Psicopedagógico.	Assuntos Estudantis, Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão e Órgãos Públicos e entidades com fins sociais.

Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais e Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer.	Assuntos Estudantis, Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura, Parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.
Assuntos da Juventude	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho, Prevenção a fatores de risco, Meio ambiente, Política, Ética e Cidadania, Saúde e Sexualidade e Dependência Química.	Assuntos Estudantis e Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

Quadro 1 Ações Estratégicas (PNAES)

Fonte: FONAPRACE (2012, p. 69)

Essa visão abrangente da assistência estudantil fica evidente no depoimento concedido ao FONAPRACE pela assistente social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU):

(...) diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil no contexto do ensino superior não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, a perspectiva de formação ampliada dos estudantes deve possibilitar o desenvolvimento de ações, prioritariamente para estudantes de baixa condição socioeconômica, de caráter universal por meio de programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, visando à redução das reprovações e evasão escolar. Todas essas ações devem fazer parte da Assistência Estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes, no despertar da consciência crítica e cidadã, para além da sua formação técnica e profissional (FONAPRACE, 2012).

Segundo Oliveira e Vargas (2012), as necessidades do indivíduo para realização plena e para uma vida digna perpassam fatores como: moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação, entre outros. Agindo de forma integrada em todos esses fatores:

[...] é possível que a assistência estudantil se firme, não só como uma política pública de permanência, mas também de formação completa dos estudantes. A elaboração de projetos em áreas que abranjam não só questões acadêmicas propriamente, mas também aspectos da realidade vivida pelos alunos tornam-se fundamentais para garantir uma formação plena e de qualidade (OLIVEIRA e VARGAS, 2012, p. 119).

A seguir descrevem-se algumas recomendações do FONAPRACE, a respeito das ações no campo do esporte, saúde e cultura, cotejados com as opiniões de Oliveira (2012) e Fávero (2003).

Oliveira (2012) destaca que as atividades culturais na esfera do esporte e lazer podem ser educativas e mobilizadoras. Ainda, segundo a autora, as propostas, nesse campo, devem

ser “fundamentadas em concepções críticas e na democratização das possibilidades de acesso à cultura corporal, esportiva e de lazer no âmbito universitário” (Oliveira, 2012, p. 189). O FONAPRACE recomenda que cada instituição pública faça um diagnóstico da situação do esporte universitário e efetue um planejamento estratégico de ações de desporto nas universidades. O fórum também sugere a articulação dos profissionais de assistência com as faculdades de Educação Física e aconselha aos pró-reitores que avaliem a possibilidade de criação de mecanismos de análise para apoio a projetos de esporte e cultura, financiados pelo PNES, mediante apresentação de projeto de plano de trabalho (FONAPRACE, 2010).

Segundo Fávero (2003, p. 180) “a universidade, como parte de uma realidade histórico-sociocultural, deve ser por sua própria natureza o espaço de culturas diversas, de diferentes visões de mundo”, a autora, ainda afirma, que, nesse sentido, a universidade não pode descuidar de seu objetivo de ministrar e produzir cultura, tornando-a também acessível às camadas menos favorecidas, daí a importância da assistência estudantil atuar, em conjunto com outras instâncias, de forma a promover ações culturais.

Entre as recomendações do FONAPRACE, no campo da saúde, destacam-se a necessidade de implantação, em caráter de urgência, de políticas de assistência integral à saúde dos estudantes, incluindo em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos causados pelo uso indevido de álcool e outras drogas, e com objetivo de proporcionar qualidade de vida aos alunos (FONAPRACE, 2012). No ano de 2005, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o FONAPRACE organizaram um seminário para discutir questões relativas ao desenvolvimento de ações “voltadas para atenção a problemas de ordem emocional e psicológicas dos estudantes das universidades brasileiras” (FONAPRACE, 2008, p. 258).

A constatação da necessidade de desenvolver ações nesses três campos de atuação (saúde, esporte e cultura) deriva, principalmente, dos resultados obtidos pela pesquisa do III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação.

Outra preocupação na efetivação das Políticas de Assistência Estudantil, diz respeito ao seu financiamento. Oliveira e Sarapu (2012), em matéria veiculada no Jornal Estado de Minas (setembro de 2012), intitulada de **Quem Paga a Conta da Cota?** abordam a questão do financiamento com muita propriedade. Os autores explicam a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que instituiu a reserva de vagas de 50% nos vestibulares para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, também devem ser

reservados metade das vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário mínimo e meio) per capita. O prazo para que as instituições se adequem a essa nova lei é de quatro anos, contados da data de publicação (BRASIL, 2012). Sendo assim, afirmam Oliveira e Sarapu (2012), ampliará ainda mais o contingente de alunos que necessitam de assistência estudantil, aumentando consideravelmente a necessidade de recursos para manter a política.

Nesta matéria, foram apresentados os valores disponibilizados por dez IFES mineiras investidas na política de assistência estudantil (quatro dessas IFES compõem as instituições pesquisadas e relatadas neste estudo, sendo: UFJF, UFOP, UFV, UFU e UFLA), no período de um ano, e reforçaram a necessidade urgente de ampliação de recursos para manter os programas existentes. A maioria afirmou necessitar do dobro de recursos financeiros para manter suas políticas. O reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, João Luiz Martins, explica que a instituição, que é referência em assistência estudantil, já não consegue manter suas ações utilizando somente os recursos provenientes do PNAES e necessita complementar as ações com outras verbas (OLIVEIRA e SARAPU, 2012).

Na mesma reportagem o representante da política de Assistência da Universidade Federal de Uberlândia, o Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, afirmou que se preocupa seriamente com os recursos e já visualiza, para o ano de 2013, a necessidade de cortar projetos na área por falta de recursos financeiros. A Universidade Federal de Juiz de Fora afirma, por meio da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, que o quadro da instituição é excepcionalmente diferente do quadro nacional, já que a universidade consegue aportar os recursos para atender a todos os alunos de baixa renda (OLIVEIRA e SARAPU, 2012).

A problemática do financiamento das políticas, em conjunto com as dificuldades para composição ou recomposição de um quadro técnico (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e técnicos) estruturado de forma a operacionalizar as ações da assistência estudantil, são, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE, 2012), os maiores entraves para a execução de uma política eficiente de assistência. Outra dificuldade apontada pelo FONAPRACE é a falta (em muitas universidades) de um ambiente adequado para atendimento ao estudante.

O Fórum sugere, no entanto, algumas recomendações que podem atenuar essas dificuldades, como, principalmente, a criação de parcerias no interior da própria instituição, e junto a órgãos externos, como o Ministério da Cultura e do Esporte. Para o FONAPRACE, “a

falta de coordenação das iniciativas, nas diversas IFES, dificulta o compartilhamento de ações eficazes e de formação de um conjunto de procedimentos cuja eficácia possa ser fundamentada com base em evidência” (FONAPRACE, 2005, p. 282).

Também recomenda aos gestores da política de assistência maior participação no planejamento institucional, para destacar parte do orçamento, além dos recursos do PNAES, para ações de cultura e esporte. Segundo o FONAPRACE (2012), é importante demonstrar para a instituição que o trabalho nas áreas estratégicas é viável, e trata-se de investimento, já que uma política bem estruturada é capaz de reduzir gastos gerados por trancamento de curso, evasão, atraso no tempo de conclusão dos cursos.

4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

A presente seção se propõe a descrever e analisar as experiências de onze universidades públicas que possuem ações, projetos e programas nas áreas estratégicas propostas pelo PNAES, de modo abrangente, sendo: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Os relatos das experiências de sucesso, nas universidades selecionadas, permitem evidenciar que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas em geral (principalmente no tocante à ausência de recursos suficientes para atender à demanda crescente imposta pelas políticas de ampliação de vagas, à abertura de cursos noturnos e à ausência de recursos humanos suficientes), é possível realizar uma política de assistência que atenda aos estudantes também em suas demandas de acesso à cultura, esporte e saúde física e mental.

Nas onze instituições mencionadas, essa visão ampla da assistência estudantil revela-se na tentativa de articulação com outros órgãos para execução da política. Em alguns casos, essa visão fica aparente até no próprio modo de pensar e organizar a assistência, visto que, em algumas universidades, os setores de Assuntos Estudantis atuam em conjunto com as Pró-Reitorias de Cultura e Extensão. Essa estrutura organizacional pode facilitar o desenvolvimento de projetos de forma conjunta, que atendam às demandas dos alunos.

Como exemplo dessa articulação, podemos citar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que organizou suas ações no âmbito da assistência no interior da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV). Esse órgão atua como gestor da política de assistência estudantil e organiza ações de esporte e lazer, políticas, esportivas e culturais. Segundo informações disponíveis no site da própria instituição, esse órgão foi criado como forma de buscar superar os desafios e demandas atuais, que exigem um maior compromisso social da instituição. Seria, então, uma forma de agregar todas as ações sociais da universidade (UFMT, 2013).

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no ano de 2006, a Coordenadoria de Relações Estudantis (CRE), setor que era vinculado à Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), passou a ser nomeada como Coordenação de Assuntos Estudantis, e passou a vincular-se a recém-criada Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos para cuidar das questões afetas aos estudantes de maneira mais efetiva. Atualmente, o órgão responsável pelo planejamento, orientação, execução e gestão de políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora é a recém-criada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE). A PROAE é composta por uma equipe multidisciplinar formada por duas assistentes sociais, uma pedagoga e três secretários e é coordenada por uma psicóloga e reforça a ideia já apontada na UFMT, da necessidade de uma Pró-Reitoria que agregue as ações da assistência estudantil no âmbito da universidade.

Outro exemplo substantivo da proposta abrangente no âmbito da assistência pode ser encontrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A instituição criou, no ano de 2011, a Superintendência de Políticas Estudantis (SuperEst), órgão que procura desenvolver uma política de sustentação às ações da assistência estudantil. Segundo o portal da instituição (UFRJ, 2013), a nova realidade das políticas de expansão do acesso e aumento de vagas nas IFES, principalmente nos cursos noturnos, enseja ações de incremento nas políticas de permanência. Como resposta a essa demanda surgiu a SuperEst no ano de 2011. O órgão também é resultado de um processo de articulação entre diversas instâncias da universidade, o que gerou debates a respeito dos serviços de assistência e programas, envolvendo os seguintes eixos: família, saúde, articulação em rede e benefícios (GIL, 2012).

No âmbito da UFRJ a SuperEst agrega as Divisões de Assistência ao Estudante, Residências Estudantis, Saúde ao Estudante, Acessibilidade e Atendimento Comunitário, organizadas em seções que atendem parte das áreas estratégicas previstas no Programa

Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Segundo o portal da instituição, essa superintendência “tem por objetivo constituir-se numa estrutura pedagógica-administrativa vinculada ao gabinete do reitor, voltada ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos programas e ações direcionados à comunidade discente” (UFRJ, 2013).

Na Universidade Federal de Uberlândia também encontramos um órgão gestor da política de assistência que busca articulação com as Pró-Reitorias. A Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRE) está estruturada no interior da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, o que amplia a possibilidade de ações conjuntas entre as três áreas, que manifestam-se por meio dos diversos projetos de formação cultural e cidadania, além do apoio a eventos de caráter político e esportivo e da existência de um setor de atendimento psicológico que organiza projetos preventivos e educativos no âmbito da saúde mental (UFU, 2012).

A existência de divisões de esporte nas instituições pesquisadas também é um indício da busca pelo desenvolvimento dessa área estratégica do PNAES. Também chama a atenção a diversidade de projetos, institucionalizados, que são desenvolvidos nessas universidades (muitos deles voltados para prevenção em saúde mental, apoio ao esporte, promoção do bem-estar, ações culturais, dentre outros).

Na Universidade Federal Fluminense (UFF) há um projeto institucionalizado de apoio e incentivo ao esporte, o UFFesporte, que foi lançado em 1998, e procura apoiar a participação em torneios e campeonatos dentro ou fora da instituição, fornecendo uniforme, transporte, hospedagem, auxílio para inscrição nas provas e alimentação. Nessa instituição também merece destaque um projeto na área de saúde mental que busca a realização de um documentário cinematográfico para conhecer as demandas dos alunos no campo da saúde (UFF, 2013).

Nos âmbitos da cultura e saúde também merecem destaque diversos projetos institucionalizados, como a revista editada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que divulga a produção artística e cultural da comunidade universitária (OLIVEIRA e VENITE, 2008) e o “Projeto Longe de Casa” da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) que procura fornecer acompanhamento para os alunos com dificuldade de adaptação, oferecendo, inclusive, aulas de yoga e massoterapia (UFOP, 2013).

Para adequar os serviços oferecidos ao orçamento e à necessidade dos alunos, é fundamental uma metodologia de acompanhamento e avaliação da política. Para isso, as instituições devem criar e definir conceitos, princípios, critérios, procedimentos e indicadores para promover sua Autoavaliação (SOBRINHO, 2003). Segundo o FONAPRACE (2012), também é fundamental que a avaliação inclua a opinião dos discentes e demais pró-reitorias, de forma continuada, sobre a dinâmica dos serviços e os projetos realizados.

Para exemplificar a questão da avaliação, cabe mencionar a experiência da Universidade Federal de Viçosa (UFV) disponível no Relatório de Autoavaliação Institucional da UFV, divulgado em 2012. Há uma tentativa de promover uma avaliação da política de atendimento ao discente, por meio de pesquisa. Foram distribuídos questionários aos técnicos-administrativos, alunos e docentes, e os resultados foram apresentados nesse relatório. As questões contemplavam assuntos como moradia estudantil, utilização dos serviços da divisão de saúde, higiene do ambiente onde ocorrem os atendimentos, qualidade do atendimento, a questão de disponibilidade de vagas para consulta, entre outros itens (UFV, 2013).

Outras duas instituições, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), também mencionam a realização de pesquisas para elaboração de um Perfil Socioeconômico e Cultural de seus estudantes. A medida tem por objetivo conhecer e mapear a realidade de seus alunos para elaborar e reorganizar ações no sentido de atender às reais necessidades do público alvo da política.

É importante destacar também a necessidade da divulgação das ações oferecidas pelas instituições. Muitos alunos nem sabem que determinados serviços estão disponíveis na instituição, daí a importância da informação (FONAPRACE, 2005). Não basta oferecer os serviços; os discentes, e demais membros da comunidade acadêmica devem ser informados que existe esse serviço na instituição, e quem/qual local devem procurar para orientar-se a respeito, e em quais situações.

Muitas universidades preocupam-se com a divulgação de suas ações, podemos citar como exemplo a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que promoveu uma alteração recente no layout da página da assistência estudantil para facilitar aos usuários acesso mais fácil e ágil às informações necessárias (realização de palestras, serviços oferecidos, informações sobre atendimento odontológico e psicológico, horário para agendamento de consultas, dentre outros serviços (UFOP, 2013). Algumas instituições, a exemplo da

Universidade Federal Fluminense (UFF), também possuem blogs para manter os alunos informados sobre determinadas ações e para divulgar eventos.

A busca pela ampliação das ações e pela criação de projetos sociais abrangentes revela uma preocupação com as novas demandas impostas à assistência estudantil, geradas em grande parte pelas políticas públicas em curso nas IFES, que tratam da promoção do acesso e inclusão social.

No Quadro 2 são apresentadas as experiências selecionadas, por Universidade, órgão gestor da Assistência Estudantil e principais projetos e atividades desenvolvidas.

Universidade Federal de Juiz de Fora	
Órgão Responsável pela política de AE	Na UFJF foi criada, recentemente, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE) que revela o reconhecimento da importância da Assistência Estudantil na vida acadêmica e fornece uma indicação da relevância que essa política vem assumindo na instituição.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação do número de bolsas de 300 para 2462.• São 5 as modalidades de bolsa: Alimentação, transporte, moradia, auxílio creche (para filhos dos alunos) e manutenção.• Curso preparatório comunitário – para preparação dos futuros alunos da universidade que vivem em vulnerabilidade social.
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	
Órgão Responsável pela política de AE	Na UFU merece destaque o fato da Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRE) é estruturada no interior da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, o que amplia a possibilidade de ações conjuntas entre as três áreas.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolve diversos projetos de formação cultural e formação de cidadania;• Mantém o Centro de Atendimento ao Estudante (CEAL) que orienta e encaminha as demandas estudantis relacionadas com: solicitação de recursos financeiros, espaço físico, veículos, passagens; apresentação de trabalhos em encontros, congressos, seminários; apoio a eventos de caráter cultural, político e/ou esportivo;• O atendimento psicológico é realizado por meio do “Setor de Atendimento psicológico ao Estudante” (SEAPS). Órgão que também mantém projetos preventivos e educativos;• A UFU também possui uma divisão de esporte e lazer universitário;• A DIRE busca também parcerias com outras Pró-Reitorias para viabilizar programas e projetos nas áreas de assistência, que são desenvolvidos de forma conjunta.
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	
Órgão Responsável pela política de AE	O setor responsável pela assistência estudantil é o SEBEC (Serviço de Bem Estar à Comunidade), que é um órgão de apoio vinculado à reitoria e tem por finalidade a promoção do bem-estar da comunidade universitária através da operacionalização de serviços e programas voltados para alunos, docentes e funcionários. A SEBEC possui três divisões responsáveis pela política de AE: Divisão de Apoio Administrativo, Divisão de Moradia Estudantil e Divisão de Serviço

	Social.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito da assistência estudantil a instituição possui moradia e oferece aos seus discentes transporte, alimentação, assistência ambulatorial (médico-odontológica), apoio sócio-familiar, apoio psicológico e psiquiatria, além de organizar e desenvolver diversos seminários (exemplo: semana sobre prevenção do uso de álcool e drogas);
Universidade Federal de Goiás (UFG)	
Órgão Responsável pela política de AE	<p>A Assistência Estudantil E fica a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária.</p> <p>Existe um gabinete central responsável pela coordenação da política de assistência social da universidade (que é oferecida a toda comunidade acadêmica) além de possuir uma coordenação administrativa e diversas assessorias (os assessores destacam-se por serem responsáveis por prestar um atendimento individualizado ao estudante e fazerem os devidos encaminhamentos, de acordo com cada situação específica);</p> <p>Há um setor de serviço social que coordena e desenvolve os programas sociais no âmbito da instituição</p>
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> Além de oferecer creche para filhos dos estudantes e funcionários, possui setores responsáveis pela nutrição, saúde e serviço odontológico; Oferece um programa de apoio, composto por uma equipe multidisciplinar, que atua na área de saúde mental e de dependência química; Existe também um programa de apoio e incentivo a participação dos estudantes em eventos científicos e culturais
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	
Órgão Responsável pela política de AE	<p>A Assistência Estudantil está a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. Divide-se em quatro coordenadorias: “Esporte e Lazer”, “Saúde”, “Programas Sociais” e “Moradia e Alimentação”;</p> <p>A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis atua em conjunto com representações de estudantes, como o DCE, de forma a apoiar as iniciativas desses acadêmicos.</p>
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> A universidade promove e desenvolve programas e projetos na área de assistência à saúde, assistência psicossocial, assistência ao esporte e lazer, inclusão social e acessibilidade. O atendimento psicossocial foi estabelecido por meio de uma rede de recursos internos e externos; Para além dos auxílios financeiros, merece menção a existência de projetos que buscam realizar oficinas sobre temas como stress, autoestima, relações interpessoais, entre outros, além de promover palestras educativas ministradas por especialistas, conforme a demanda da instituição; A Coordenadoria de Saúde existe desde 1983 e presta atendimentos de saúde, consultas médicas, odontológicas e nutricionais; A Coordenadoria de Esporte e Lazer coordena, e desenvolve atividades relacionadas às ações esportivas e de lazer da UFLA;
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	
Órgão Responsável pela política de AE	<p>A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) é responsável pela política.</p> <p>Divide-se em Coordenadoria de Assistência Social; Saúde e de</p>

	Restaurantes Universitários.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Destacam-se os diversos projetos organizados pela PRACE, nas áreas de saúde mental, tabagismo, acompanhamento pedagógico. • As ações de Assistência a Saúde incluem a existência do Centro de Saúde, voltado para o atendimento psicológico, social e odontológico.
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	
Órgão Responsável pela política de AE	A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é responsável pela coordenação e execução da Assistência Estudantil.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Mantém, em conjunto com o Centro de Educação da UFSM, o Núcleo de Apoio ao Estudante, Ânima, responsável pelo desenvolvimento de ações de avaliação e acompanhamento pedagógico, psicológico e psicopedagógico; organiza programas (exemplos: musicoterapia), oficinas e seminários; oferece orientação profissional e cursos de formação continuada. • Além de possuir moradia estudantil, oferecer auxílio creche, alimentação e transporte, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis apoia diversos projetos de atenção à saúde e esportivos (desenvolvidos na instituição); desenvolve ações culturais e apoia projetos na área de cultura (responsável pela edição de uma revista com intuito de divulgar a produção artística e cultural da comunidade universitária); oferece apoio pedagógico aos alunos.
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	
Órgão Responsável pela política de AE	A UFMT articular suas ações na área de assistência estudantil a partir da criação da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV), objetivando atender desafios e demandas atuais, que exigem um maior compromisso social da instituição.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Busca agregar formação acadêmica, política, esportiva e cultural, priorizando estudantes economicamente vulneráveis. • Dentro da PROCEV há uma coordenação de esporte e lazer.
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	
Órgão Responsável pela política de AE	A Assistência Estudantil fica a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque para o fato das ações estarem subdividida em diversos setores dentro da Pró-Reitoria: • Divisão Administrativa responsável pela coordenação e administração das ações no âmbito das diversas modalidades; • Divisão de Assistência Estudantil, que é responsável pela administração do alojamento dos estudantes; • Divisão Psicossocial que desenvolve programas, oficinas e seminários de saúde mental; existe também a divisão de saúde que funciona como um ambulatório que atua na área médica, nutricional, odontológica, além de oferecer serviços de fisioterapia e enfermagem. • Divisão de Alimentação que administra a questão do oferecimento das refeições do restaurante universitário e uma divisão responsável pela avaliação, seleção e concessão das bolsas e serviços oferecidos aos estudantes.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
Órgão Responsável pela política de AE	O órgão responsável pela Assistência Estudantil na UFRJ é a Superintendência de Políticas Estudantis (SUPEREST), criada em 2011, busca desenvolver uma política de sustentação às ações de assistência.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • A SuperEst agrega as Divisões de Assistência ao Estudante,

	<p>Residências Estudantis, Saúde ao Estudante, Acessibilidade e Atendimento Comunitário, organizadas em seções que procuram constantemente propor novas dinâmicas para as ações desenvolvidas.</p> <ul style="list-style-type: none">• As tarefas desse órgão vão além do oferecimento de serviços, procuram, constantemente, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações que são oferecidas aos discentes, para possíveis reformulações, segundo a demanda.• Desenvolve projetos em conjunto com outras Pró-Reitorias (exemplo: projeto de “diversidade sexual” em conjunto com a Pró-Reitoria de Extensão).• A Divisão de Saúde oferece avaliações e atendimento psicológico, além de realizar visitas domiciliares.• Oferece apoio financeiro para realização de eventos estudantis (culturais, políticos e esportivos).
Universidade Federal Fluminense (UFF)	
Órgão Responsável pela política de AE	A Assistência Estudantil fica a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.
Projetos e Atividades	<ul style="list-style-type: none">• Merece destaque o programa de Apoio e Incentivo ao Esporte da Instituição, o UFFEsporte, lançado em 1998 que procura apoiar a participação em torneios e campeonatos dentro ou fora da instituição, fornecendo uniforme, transporte, hospedagem, auxílio para inscrição nas provas e alimentação.• A Divisão de Saúde possui um projeto interessante que procura dar voz aos alunos para conhecer suas demandas: planeja realizar um documentário cinematográfico com seus alunos para que eles relatem suas demandas no campo da saúde.

Quadro 2 Setores responsáveis pela execução da AE nas universidades apresentadas e principais ações.
Fonte: Elaborado pelos Autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de uma política social no âmbito do ensino superior tem importante papel como forma de redução das desigualdades que se manifestam na sociedade, e por certo na instituição escolar, enquanto espaço de reprodução e produção de relações sociais.

No caso particular do ensino superior, a expansão do acesso traz um processo de reordenação em que a desigualdade se faz presente por meio de uma inclusão que, quando precária, tende a legitimar as desigualdades presentes na sociedade. Essa exclusão se manifesta de muitas formas, sobretudo, quando o aumento de vagas (quantidade) se destaca da qualidade ou quando a instituição escolar procura legitimar e manter os privilégios das classes superiores – utilizando a educação como veículo de ascensão social sem preocupar-se com a sua função de integração (PEREGRINO, 2010).

Cabe à assistência estudantil, enquanto direito social, uma parcela nessa importante tarefa de produção de novas relações e redução das desigualdades sociais e é isso que este

artigo propôs-se a discutir e apresentar: possibilidades de tornar o ensino superior brasileiro mais equânime.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. FONAPRACE. Brasília. 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 agosto 2012.

BRASIL. **Lei Nº 12. 711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br> Acesso em 9 março de 2013.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 8035. Plano Nacional de Educação (PNE) 2011- 2020. Brasília, DF. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em 24 agosto 2012

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Universidade, Espaço de Produção do Conhecimento e de Pensamento Crítico. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo. Editora Xamã; Goiânia. Editora Alternativa, 2003

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes da UEL – indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Editora UFSM. Santa Maria. 2008

FONAPRACE. **Jornal do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace)**. Ano 3, N 5, Abril de 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/images/jor_abr_01.pdf> Acesso 22 agosto de 2012

FONAPRACE. Relatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília. Outubro de 2005. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior**. Editora UFSM. Santa Maria. 2008

FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Dados e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. Editora Atlas. 2008. São Paulo – SP.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. Os Desafios de Consolidar uma Política Estudantil: analisados a partir da experiência da UFRJ. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos**

do Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Michelle Rodrigues; LIMA, Gleyce Figueiredo. **Assistencialização das Políticas Educacionais Brasileiras.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011

MEC. PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007: Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INEP. **Censo da Educação Superior, 2010.** Resumo Técnico, 2012. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

OLIVEIRA, Caroline; VENITE, Maria Barbiero. Primórdios do Atendimento ao Aluno do Ensino Superior na UFSM. In: KULLMANN, Geila Gonçalves *et al.* **Apoio Estudantil: Reflexões Sobre o Ingresso e Permanência no Ensino Superior.** Editora UFSM. Santa Maria. 2008.

OLIVEIRA, Junia; SARAPU, Paula. **Quem Paga a Conta da Cota?** Reportagem publicada em 19 de Setembro de 2012 no Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte. 2012.

OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz. Esporte e Lazer na Política de Assistência Estudantil. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012

OLIVEIRA, Simone Barros. VARGAS, Melissa Welter. A Assistência Estudantil como Espaço Privilegiado de Educação para os Direitos. In: FONAPRACE/ANDIFES. **Revista 25 Anos do Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Políticas para Democratização do Acesso e a Inclusão Social na Educação Superior do Brasil. In: PAULA, Maria de Fátima Costa; LAMARRA, Norberto Fernández (org.). **Reformas e Democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina.** Editoria Ideias e Letras. Aparecida- SP. 2011.

PEREGRINO, Mônica. **Trajetórias Desiguais:** Um Estudo Sobre os Processos de Escolarização Pública de Jovens Pobres. Rio de Janeiro: Grammond, 2010.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior. Flexibilização e Regulação ou Avaliação e Sentido Público. In: DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo. Editora Xamã; Goiânia. Editora Alternativa, 2003

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.